



5.1. EBITDA (LAJUDA)

Atendendo à Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJUDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	143	135	8	6%	557	587	(30)	(5%)
Despesas financeiras (B)	(90)	(83)	(7)	20%	(358)	(334)	(24)	7%
Receitas financeiras (C)	18	16	2	13%	73	67	6	9%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(2)	(6)	4	(67%)	(2)	(19)	17	(89%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(36)	(19)	(17)	89%	(119)	(40)	(79)	198%
Depreciação e Amortização (F)	(45)	(42)	(3)	7%	(177)	(165)	(12)	7%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	308	269	39	14%	1.140	1.078	62	6%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	10	10	-	-	46	41	5	12%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(81)	(74)	(7)	9%	(301)	(300)	(1)	0%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(13)	(9)	(4)	44%	(32)	(27)	(5)	19%
Juros, comissões e acréscimo moratório	10	6	4	67%	30	25	5	20%
Variações monetárias e cambiais - outros	(3)	1	(4)	(400%)	(4)	10	(14)	(140%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	-	(4)	4	(100%)	(7)	(13)	6	(46%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(5)	(4)	(1)	25%	(8)	(17)	9	(53%)
Obrigações pós emprego	-	-	-	-	-	1	(1)	(100%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(15)	(8)	(7)	88%	(43)	(33)	(10)	30%
Total	(84)	(73)	(11)	15%	(287)	(286)	(1)	0%

O Resultado Financeiro foi de -R\$84 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 73 milhões no 4T23), explicado, majoritariamente, aumento nos encargos da dívida, devido à elevação do IPCA (56% do endividamento da companhia está atrelado a esse indexador) e aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para investimentos, visando atender a expansão do mercado. No ano, o resultado financeiro foi de -R\$ 287 milhões, em linha com 2023.

6. INVESTIMENTOS

Em 2024, a Neoenergia Cosern realizou Capex de R\$ 425 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

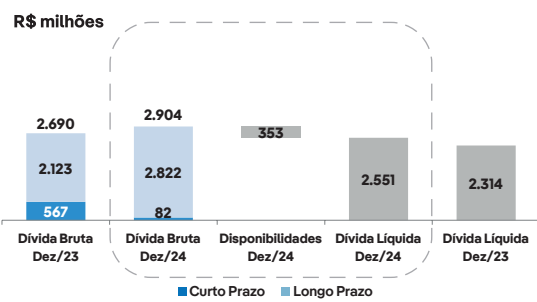
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	2024		2023
	4T24	2024	
Expansão de Rede	(74)	(243)	55%
Novas Ligações	(46)	(152)	
Novas SE's e RD's	(28)	(91)	
Renovação de Ativos	(27)	(91)	21%
Melhoria da Rede	(15)	(42)	10%
Perdas e Inadimplência	(4)	(14)	3%
Outros	(25)	(45)	11%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(10)	(25)	
(-) Investimento Bruto	(154)	(460)	
- SUBVENÇÕES	7	10	
(=) Investimento Líquido	(147)	(450)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	10	25	
(+) CAPEX	(138)	(425)	
Base de Anuidade Regulatória	(25)	(45)	10%
Base de Remuneração Regulatória	(119)	(390)	90%

O Capex realizado foi aderente ao necessário para o período. O nível adequado de Capex reflete a política da Neoenergia Cosern para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

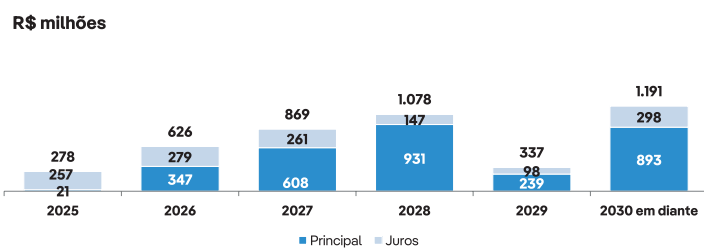
7.1. Perfil da Dívida

Em Dezembro de 2024, a dívida líquida da Neoenergia Cosern, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.551 milhões (dívida bruta de R\$ 2.904 milhões), apresentando crescimento de 10% (R\$ 237 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia Cosern possui 97% da dívida contabilizada no longo prazo e 3% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente da Companhia em 31 de dezembro de 2024.



8. RATING

Em 27 de março de 2024, a S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2024	2023	2024 x 2023	
			Dif.	%
Convencional	1.019	994	25	2,5%
Baixa Renda	398	397	1	0,3%
Total	1.417	1.390	27	1,9%

9.2. OPA Neoenergia Cosern, Conversão de Registro para Categoria B e AGE

Em 21 de agosto de 2024, a Neoenergia adquiriu, por meio de Oferta Pública de Ações para Conversão de Registro e em leilão realizado na B3, 8.193.221 ONs, 1.325.000 PNAs e 1186.304 PNBs, representativas de 6,37% do capital social da Neoenergia Cosern. OPA Neoenergia Cosern, Conversão de Registro para Categoria B e AGE

No dia 29 de agosto de 2024 foi aprovada a conversão de registro para Categoria B da Neoenergia Cosern pela Comissão de Valores Mobiliários. Conforme previsto no Edital da Oferta Pública para Conversão de Registro, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2024, resgate e cancelamento da totalidade das ações de emissão da Neoenergia Cosern que remanesceram em circulação após o leilão da OPA de Conversão de Registro, totalizando 654.410 ONs, 173.920 PNAs e 80.978 PNBs de emissão da Neoenergia COSERN, representativas de 0,54% do seu capital social total.

9.3. Práticas de Gestão

9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Cosern possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa).

- Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
- (i) Dividendos de R\$ 163.187 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 11/04/2024 e pagos em 22/05/2024;
 - (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 14.831 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/03/2024 e pagos em 18/07/2024;
 - (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 15.047 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/06/2024 e pagos em 11/09/2024;
 - (iv) Dividendos Intermediários de R\$ 226.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 22/07/2024 e pagos em 11/09/2024;
 - (v) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 13.666 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 25/09/2024 e pagos em 20/12/2024;
 - (vi) Dividendos Intermediários de R\$ 81.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 21/10/2024 e pagos em 20/12/2024;
 - (vii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 15.026 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18/12/2024 e com previsão de pagamento até 31/12/2025.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

9.3.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Cosern reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por seis representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/dstituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e quatro membros de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

9.3.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atráimos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de sucesso empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo. A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

- Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:
 - Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
 - Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
 - Vilarejos Junt's: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTFOBia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
 - Escola de Eletricistas: iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
 - Potencialize: programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;

- **Harenergy**: programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
 - **Formação administrativa de pessoas com deficiência**: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
 - **Programa de acolhimento de colaboradores em situação de violência contra a mulher**: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas.
- Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricitistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.
- A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricitistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.

Algumas ações de 2024 que foram destaques:

- **Equilíbrio do meu quadrado**: os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo;
- **Ensinando Profissões**: palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
- **Campanha de doação de roupas**: arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas;
- **Operação quilo**: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas;
- **Árvore da Solidariedade**: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
- **Gincana da Solidariedade**: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e ecossistemas aquáticos (ODS 17).

Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta	
E	Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
	Digitalização de redes	% reces de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
	Eletificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
	Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
S	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	31%	35%
	Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%	40%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700	4.700
	Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%	60%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43	<0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67	70
S	Clientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%	95,1%
	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22	NA
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29	8,44
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%	>90%
	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%	>85%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✓	✓	✓
	Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316	316
	Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500	13.100
G	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
	Práticas de Governança Corporativa	Mantener as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/mantener (anualmente)	✓	✓	✓
F	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%	>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a espanhola Carbon2Nature para desenvolver projetos de geração e comercialização de créditos de carbono, que focará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO2 nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil.

No arquipélago de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na Ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LIDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencialize para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar



10.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

Impactar positivamente a sociedade, criando um legado de sustentabilidade, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, é o principal objetivo do Instituto.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no seu plano estratégico, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 289 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto "NAP" de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização da ação de educação patrimonial com escolas públicas, intervenção cultural e o projeto lúmen-técnico eficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas) e suas espécies e lagos, em parceria com a Fundação de Proteção e Defesa Ambiental (FUNPA), em Bacanga (RN), obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (Western Hemisphere Shorebird Reserve Network), trazendo um grande marco para a conservação e preservação dessas espécies. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

10.5. Eficiência Energética
O Programa de Eficiência Energética (PEE) do grupo Neoenergia tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000.

O investimento total do PEE, em 2024, na Neoenergia Cosern foi de R\$ 14 milhões. Entre as ações que merecem destaque em 2024 estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 58,7 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 12 mil lâmpadas em 303 instituições dessas comunidades.
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas mais de 520 toneladas de resíduos com desconto de mais de R\$ 215 mil na conta de energia elétrica de cerca de 2,6 mil consumidores.
- Projetos Educativos em escolas públicas, capacitando mais de 2 mil professores e mais de 55 mil alunos de 377 unidades de ensino sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica.
- Projetos de Eficiência energética de 155 prédios públicos e comerciais assistenciais na área de concessão da distribuidora, totalizando mais de 21,4 mil lâmpadas substituídas, além de 6 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 704,9 kWp instalados.
- Projeto Plataforma Consumo Consciente que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento
Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e benefícios para os clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 16,54 milhões no Programa de PDI Neoenergia Cosern. Seguem abaixo os destaques dos projetos de PDI da Neoenergia Cosern:

- No âmbito de Tecnologia Inteligentes, o Programa de PDI da Neoenergia, investe no desenvolvimento de soluções que melhoram a qualidade do fornecimento de energia e a redução de perdas técnicas e comerciais. Uma grande realização são os projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Redes Inteligentes, que deram origem à família de produtos GODEL. Este Programa Estrutural já incorporou novas tecnologias aos processos de negócios da empresa. Dentre as tecnologias GODEL, destacam-se:
- GODEL ANALYTICS aplicativo usado pelas empresas Neoenergia para mapear perdas técnicas e comerciais e indicar as áreas com maiores oportunidades para ações de recuperação de receitas e para o planejamento de obras de reforço na rede.
- GODEL PCVM aplicativo básico em análise por fluxo de potência que permite o cálculo das perdas técnicas para cada componente da rede elétrica, bem como as perdas não técnicas por alimentador.

10.7. GODEL CONECTA sistema para determinação da capacidade de acomodação da geração distribuída nas redes de média e baixa tensão, com resposta imediata do ponto mais apropriado para a conexão solicitada, indicando ainda se há a necessidade de obras de reforço.

GODEL MEDIÇÃO padrão de comunicação interoperável, voltados para aplicações de medição inteligente.

GODEL SMART SENSOR AT sistema de monitoramento de linhas de 69kV a 138kV constituído de sensores e respectivas unidades concentradoras e servidores de comunicação com software de gerenciamento, armazenamento e análise.

Ainda no tema de tecnologias inteligentes, com o objetivo de transformar a experiência do cliente, destaca-se o projeto de Conexão Digital, que criou e integrou canais de atendimento que conectam e facilitam a vida dos clientes, oferecendo serviços digitais que proporcionam autonomia, facilidade e acessibilidade.

Com relação à Eficiência Operacional, destacam-se os seguintes projetos de PDI ANEEL:

- Veículos Aéreos não Tripulados (VANT), sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos da rede elétrica, utilizando veículos aéreos (drones) não tripulados e autocarregáveis.
- Previsão Climática, algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning.
- Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem) e inclui o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis.

Na vertente de Segurança, temos:

- Braço Robótico, em que foi desenvolvido equipamento para atividades de poda de árvores próximas às redes energizadas de até 46kV de forma robotizada e com operação remota, a fim de evitar acidentes elétricos.
- Smart Safety Eye, sistema com inteligência artificial que busca a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual.

Na vertente de Sustentabilidade, destaca-se o Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia que inclui projetos para ampliar a infraestrutura de recarga de veículos elétricos e desenvolver novas soluções, como: o Caminhão Elétrico com sistema embarcado para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão; Trilha Verde em Fernando de Noronha, que estabeleceu, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e administrativos, e entregou, em 2024, o primeiro buggy 100% elétrico desenvolvido no projeto, além de conquistar o primeiro título do Prêmio O Setor Elétrico e o 1º Lugar na categoria Energia Renovável em 2024 no Circuito Nacional do Setor Elétrico; e o Corredor Verde, que implementou ampla infraestrutura de recarga de veículos elétricos na região nordeste com 17 estações de recarga instaladas, estabelecendo o primeiro corredor elétrico com 1.200 km de extensão entre Salvador (BA) e Natal (RN) e viabilizou a cobrança da recarga de veículos elétricos, de forma pioneira no Brasil.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA COSERN
As ações da Neoenergia Cosern são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2024.

(i) Prêmio Abrede 2024 - Pela segunda vez consecutiva, a Neoenergia Cosern conquistou o título de Melhor Distribuidora da Região Nordeste, terceira melhor do Brasil e segunda em Qualidade da Gestão. Recebeu ainda uma menção honrosa pela primeira colocação em Saúde e Segurança.

(ii) Prêmio Líderes Regionais do Rio Grande do Norte - A Neoenergia Cosern foi reconhecida como melhor empresa potiguar na categoria Energias "Prêmio Líderes Regionais do Rio Grande do Norte" organizado pelo Grupo de Líderes Empresariais do Rio Grande do Norte (LIDE RN).

(iii) Melhor em Gestão - Pela segunda vez, fomos reconhecidos pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) por sermos referência em gestão empresarial. Neoenergia Cosern (RN) conquistou a premiação máxima na categoria ouro.

(iv) Great Place to Work (GPTW) - Ingressamos no ranking de melhores empresas para trabalhar no Brasil. Neoenergia Cosern está entre os três melhores do Rio Grande do Norte. O GPTW é concedido globalmente pela avaliação do nível de satisfação dos empregados. Na edição de 2024, 5 mil companhias participaram da pesquisa.

12. AUDITORES INDEPENDENTES
Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2022, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 476.611,00, dos quais R\$ 386.763,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 89.848,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, revisão do relatório de covenants, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria é detalhada no Anexo I do Relatório de Gestão 2024 e preservam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL
Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Standards Board (SSB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, aderimos às recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado o site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO
A Neoenergia Cosern apresenta os resultados do quarto trimestre e do acumulado de 2024 (4T24 e 2024) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual	Ano anterior	Correspondência nas Notas Explicativas (*)	
	4T24	2024	4T23	2023
(+) Receita líquida	1.104	3.844	933	3.618
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(72)	(172)	(24)	(150)
(-) Outras receitas	(17)	(70)	(14)	(65)
(+) Outras receitas - Outras	-	1	-	-
= RECEITA Operacional Líquida	1.015	3.603	895	3.403
(+) Custos com energia elétrica	(558)	(1.931)	(480)	(1.806)
(+) Custos de construção	(140)	(423)	(84)	(396)
= Custo com Energia	(698)	(2.354)	(564)	(2.202)
(+) Valor de reposição estimado da concessão	72	172	24	150
= MARGEM BRUTA	389	1.421	355	1.351
(+) Custos de operação	(89)	(331)	(89)	(314)
(-) Despesas com vendas	(11)	(35)	(11)	(38)
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(38)	(142)	(37)	(144)
(-) Depreciação e Amortização	45	177	42	165
(+) Outras receitas	17	70	14	65
(+) Outras receitas - Outras	-	(1)	-	-
= Despesa Operacional (PMSO)	(76)	(262)	(81)	(266)
(+) PCE	(5)	(19)	(5)	(7)
EBITDA	308	1.140	269	1.078
(+) Depreciação e Amortização	(45)	(177)	(42)	(165)
(+) Resultado Financeiro	(84)	(287)	(73)	(286)
(+) JIR/CS	(36)	(119)	(19)	(40)
LUCRO LÍQUIDO	143	557	135	587

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

DISCLAIMER
Esse documento foi preparado pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A. ("Neoenergia Cosern"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Cosern e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Cosern.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia e esta dita, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Cosern sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras. Informações e outros fatos sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (rneoenergia.com).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	3.844
Custos	(2.685)	(2.516)
Custos com energia elétrica	4	(1.931)
Custos de construção	5	(423)
Custos de operação	6	(331)
Lucro bruto	1.159	1.102
Perdas de créditos esperadas	10,2	(19)
Despesas com vendas	6	(35)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(142)
Lucro operacional	943	(144)
Resultado financeiro	7	(287)
Receitas financeiras	7	73
Despesas financeiras	(358)	(334)
Outros resultados financeiros, líquidos	(2)	(19)
Lucro antes dos tributos	676	627
Tributos sobre o lucro	8.11	(119)
Corrente	(53)	12
Diferido	(66)	(52)
Lucro líquido do exercício	557	587
Lucro básico e diluído por ação - R\$	19,2 (a)	
Ordinária	3,26	3,42
Preferencial A	3,59	3,76
Preferencial B	3,59	3,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhões de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	557	587
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	(2)	2
Hedge de fluxo de caixa	1	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(1)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(1)	(1)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	-	13
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(4)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	9	9
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(1)	10
Resultado abrangente do exercício	556	597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhões de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
			Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Incentivo de retenção Fiscal			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	542	185	11	28	442	175	163	1.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	557	557
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(163)	(163)
Retenção de ações	-	(12)	-	-	-	-	-	(12)
Outros resultados abrangentes	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	82	-	(82)	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(475)	(475)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	542	173	10	28	524	175	109	1.561
Saldos em 31 de dezembro de 2022	542	185	1	28	309	175	165	1.405
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	587	587
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(165)	(165)
Outros resultados abrangentes	-	-	10	-	-	-	-	10
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	133	-	(133)	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(454)	(454)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	542	185	11	28	442	175	163	1.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte - NEOENERGIA COSERN (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Natal - Rio Grande do Norte - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA) e está registrada como Categoria "B", não tendo ações listadas em Bolsa, já suas Debêntures são negociadas através da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 8 com vencimento em 2027. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais: As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2024, com base nas políticas de riscos corporativos e nas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicadas de acordo com o disposto no Propósito e Valores do grupo. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser aplicadas por meio de controles específicos para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e aplicáveis. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: " Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; " O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; " Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; " Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram

carteira de aplicações; e " A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL	Operações de swap e a termo.
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 21.7. (ii) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente

as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 21.7. (iii) Risco de preço de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities, que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. Commodities metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. Commodities energéticas - Energia elétrica: os preços das commodities energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de commodities energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o



está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **(d) Gestão risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **(e) Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. **(f) Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicadas pelas agências de *rating*. O Moody's a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicadas pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

<i>Ratings</i> de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A	-
Bank of America (I)	AI	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	-
BNP Paribas	-	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	A+	BBB-
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	AAA	AAA
HSCB	-	AAA	-
Itaú	AAA	AAA	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	AAA	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	AAA	-

(I) Bank of America - BofA possui *rating* somente em escala global.
1.2 Gestão de riscos operacionais: (a) Risco regulatório: Ambiente Regulatório: A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões:** Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, expondo-as de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato. Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE dependem do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária). O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir o desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras. A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Preços, Indicadores de Qualidade e Eficiência da prestação de serviço, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas. **Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira:** As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos. Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na nota de reintegração regulatória e no nível de taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Os dados econômicos e financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória para apuração dos indicadores referentes ao ano de 2024 somente estarão disponíveis a partir de abril de 2025. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores. **Indicadores de sustentabilidade do Fornecedor:** A ANEEL acompanha a eficiência em relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir procedimento administrativo punitivo voltado à aplicação de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia. **Postergação de Reajustes:** A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste. Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8.631/1993. **Base Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos:** Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos à eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização. Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos não oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios. **(a) Risco hidrológico:** A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da energia é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico. **(b) Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros competitivos com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância seguradora
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 434
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2023 a 08/10/2025	R\$ 4
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 434
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2
DIO	23/08/2024 a 23/08/2025	R\$ 2
Cibersegurança	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 28

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto para implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas Estimativas e julgamentos significativos
3.1 Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1 Tributos sobre o lucro diferidos
10.2 Perdas de créditos esperadas
II Ativos e passivos financeiros setoriais
12 Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
15.3 Instrumentos financeiros derivativos
16 Provisão para processos judiciais
18.1 Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem estar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida com receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura de capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199 esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativas listadas acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 225/ COCP 10: Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarbonização (CBI0)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e providenciarão melhorias subjetivas à auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia (nota 3.1)	2.085	1.814
Disponibilidade da rede elétrica (I)	2.329	2.217
Construção de infraestrutura da concessão (nota 5)	423	396
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	159	88
Valor de reposição estimado da concessão (2)	172	150
Encargos e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento	26	247
Outras receitas (nota 3.3)	70	45
Receita operacional bruta	5.243	4.977
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(1.399)	(1.359)
Receita operacional, líquida	3.844	3.618

(I) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores ativos R\$ 2.008 (R\$ 1955 em 31 de dezembro de 2023) e livres R\$ 321 (R\$ 262 em 31 de dezembro de 2023); e (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR). **Reajuste Tarifário Anual - IRT 2024:** A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), aprovou na 12ª Reunião Pública Ordinária em 16 de abril de 2024, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - NEOENERGIA COSERN, com vigência a partir de 22 de abril de 2024, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.317/2024. O reajuste tarifário da Companhia vai trazer um efeito médio para os consumidores de 7,84%, sendo que para os consumidores de alta tensão, o reajuste vai ficar em 7,05%, enquanto para os de baixa tensão, ficará em 8,08%.

3.1 Fornecimento de energia elétrica:

	2024	GWh	2023	R\$
Residencial	2.474	2.417	2.079	1.897
Comercial	687	779	689	685
Industrial	121	151	145	162
Rural	383	409	238	233
Poder público	307	299	287	261
Iluminação pública	195	194	103	95
Serviços públicos	112	119	92	89
Consumo próprio	8	7	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	20	(1)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (I)	-	-	(1.986)	(1.955)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	418	348
Total	4.287	4.375	2.085	1.814

(I) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.317/2024; e (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 186 (R\$ 182 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 199 (R\$ 137 em 31 de dezembro de 2023) referente a subvenção CDE; (iii) R\$ 18 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 20 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2024	2023
CVA e neutralidade Energia (I)	104	(57)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	29	65
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(15)	(1)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (3)	(39)	1
Neutralidade de encargos setoriais PROINFRA	1	(4)
Total	(82)	(25)

Componentes financeiros e subsídios

Repasse de sobrecontratação (4)	(131)	63
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (5)	(23)	(2)
Passivo conta COVID	(-)	(-)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (6)	112	226
Modicidade Eletrobras (7)	25	57
Bandeira escassez hídrica (nota II)	(46)	(52)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (8)	3	-
RTE Covid (9)	16	-
Outros	(13)	(2)
Total	(57)	272
Total	25	247

(I) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; (3) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.349/2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2023 e 2024; (4) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários; (5) CVA passiva referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados no reajuste tarifário de 2024; (6) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2024 R\$ (53) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2024, o valor ativo de R\$ 112 em contrapartida da redução da receita; (7) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.239/2024, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024, sendo contabilizado pela Companhia o ativo de R\$ 25 em 31 de dezembro de 2024; (8) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Micro e Minigeração Distribuída sobre Perdas Não Técnicas, definidos na Consulta Pública nº 9 de 2024; e (9) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário - RTE, devido a Pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, definidos na Consulta Pública nº 37 de 2024.

3.3 Outras receitas:

	2024	2023
Arrendamentos e alugueis	59	53
Comissão serviços de terceiros	7	11
Serviço taxado	2	2
Administração de faturas de fraudes	1	(2)
(-) Compensação regulatória (I)	-	(-)
Outras receitas	1	(2)
Total	70	65

(I) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação/regulatória em dobro em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços, e cobranças ou suspensões indevidas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

3.4 Deduções de receita bruta:

	2024	2023
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(720)	(722)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(366)	(348)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(3)	(3)
Total	(1.089)	(1.073)

Encargos setoriais

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(259)	(238)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(16)	(15)
Encargos do consumidor - PROINFRA e CCRBT	(15)	(13)
Outros encargos (I)	(20)	(20)
Total	(310)	(286)
Total	(1.399)	(1.359)

(I) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidoras. A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente cria e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A receita de operações de venda de energia



7. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	46	41
(-) Tributos sobre receita financeira	(5)	(4)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	30	25
Atualização de depósitos judiciais	2	2
Outras receitas financeiras	-	3
73	67	71
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(30,3)	(27)
Atualização do passivo financeiro setorial	(8)	(17)
Atualização de provisões para processos judiciais	(9)	(15)
Outras despesas financeiras	(38)	(31)
(358)	(334)	(303)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(2)	(46)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	2	65
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	(3)	(87)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	5	39
Perdas com variações cambiais e monetárias	(29)	(44)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	25	54
	(2)	(19)
	(287)	(286)

(1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi limitada pelo aumento do volume da dívida; e (2) Aumento cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve redução cambial, gerando despesa nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente receita nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%). **8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	676	627
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	(230)	(213)
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	20	33
Incentivos fiscais (1)	87	134
Outras adições (reversões) permanentes	4	6
Tributos sobre o lucro	(119)	(40)
Alíquota efetiva	18%	6%
Corrente	(53)	12
Diferido	(66)	(52)

(1) A variação refere-se ao incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício Sudene.

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	15	20
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	(10)	(10)
Provisão para processos judiciais	47	47
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	15	13
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	12	13
Arendamentos capitalizados	1	1
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	(4)	(15)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	10	10
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(338)	(280)
Capitalização de juros de dívida	(6)	(17)
Valor justo de instrumentos financeiros	(1)	-
Outros	7	10
Total passivo não circulante	(272)	(206)
Passivo		
(206)	(206)	(149)
Efeitos reconhecidos no resultado	(66)	(52)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(272)	(206)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2023
Efeitos reconhecidos no resultado
Saldo em 31 de dezembro de 2024

Saldo em 31 de dezembro de 2022
Efeitos reconhecidos no resultado
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes
Saldo em 31 de dezembro de 2023

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher e imposto corrente passivo longo prazo:

	2024	2023
IRPJ	14	66
CSLL	4	8
Total ativo circulante	20	74
IRPJ	(5)	1
CSLL	8	11
Total passivo	3	12
Circulante	2	11
Não circulante	1	1

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023), reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 387 (R\$ 364 em 31 de dezembro de 2023), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, com o montante: (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no segmento de R\$ 382 (R\$ 359 em 31 de dezembro de 2023); e (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios do IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2023). **8.1.5 Benefício fiscal - Mais-valia e PMIPL:** O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	20	25
Amortização	(15)	(16)
Reversão	10	11
Saldo final do exercício	15	20

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

	2025	2026	2027
	5	5	5

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; e (ii) premissas externas sobre os cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **8.2 Outros tributos: 8.2.1 Outros tributos a recuperar:**

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	72	69
Programa de Integração Social - PIS	44	60
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	198	275
Outros	-	1
Total	314	405
Circulante	155	272
Não circulante	159	133

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	58	61
Programa de Integração Social - PIS	4	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18	16
Impostos e contribuições retidos na fonte	6	7
Outros	7	7
Total	89	90
Imposto de Renda e Desenvolvimento - P&D	10	11
Programa de Eficiência Energética - PEE	12	22
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2	6
Outros	5	5
Encargos setoriais	29	39
Total	118	129
Circulante	110	125
Não circulante	8	4

8.3 Ressarcimento a consumidores - Tributos federais: A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022. O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	315	476
Atualização monetária	(21)	39
Compensação	10	315
Saldo final do exercício	204	830
Circulante	109	230
Não circulante	121	82

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	20	33
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	102	15
Fundos de Investimento	225	313
Total	347	361

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,91% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2024	2023
Carteira Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	225	313
Total	225	313

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atrelada à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, incluindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024		2023	
	Perda de créditos Recebível	Contas a receber, esperadas líquidas	Perda de créditos Recebível	Contas a receber, esperadas líquidas
Fornecimento de energia (nota 10.1)	743	(109)	634	664
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	24	-	24	18
Disponibilidade da rede elétrica	48	-	48	21
Subvenções e subsídios governamentais	70	-	70	41
Outros recebíveis	29	(6)	23	(5)
Total	914	(115)	799	772
Ativo circulante				
Ativo não circulante				

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação): Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer responsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Em dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou a baixa integral destes recebíveis que originalmente seriam vencidos em janeiro e fevereiro do ano subsequente. O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Fornecimento de energia	-	4
Subvenções e subsídios governamentais	26	10
Valor de face antes da alienação	26	14
Fluxo de caixa recebido pela alienação	26	14
Deságio nominal praticado	1,07%	0,71%

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha de outras despesas financeiras.

10.1 Fornecimento de energia: A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2024		2023	
	Perdas de créditos Recebível	Contas a receber, esperadas	Perdas de créditos Recebível	Contas a receber, esperadas
Residencial	277	(67)	235	(49)
Comercial	102	(15)	89	(13)
Industrial	51	(16)	56	(17)
Rural	42	(7)	36	(8)
Poder público	70	(1)	73	(1)
Iluminação pública	16	-	19	-
Serviço público	28	(1)	18	(1)
Não faturado	157	(2)	138	(2)
Total	743	(109)	664	(91)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Perdas de créditos Recebível	Contas a receber, esperadas	Perdas de créditos Recebível	Contas a receber, esperadas
A vencer	353	(41)	329	(47)
Saldos vencidos:	390	(105)	325	(87)
Entre 1 e 90 dias	170	(6)	155	(5)
Entre 91 e 180 dias	37	(6)	20	(5)
Entre 181 e 360 dias	32	(23)	32	(9)
Acima de 360 dias	151	(70)	118	(68)
Total	743	(109)	664	(91)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(96)	(87)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(19)	(7)
Baixa efetiva dos recebíveis incorríveis	-	(2)
Saldo final do exercício	(115)	(96)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, baseada na experiência de perda de crédito histórica, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento (regular e parcelado), por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral, à exceção dos grandes consumidores, com cobrança judicial, para os quais há uma análise individual que avalia as perdas de créditos esperadas, com base na efetividade de negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	Direito	Obrigações líquido	Direito	Obrigações líquido
CVA e neutralidade				
Energia (nota 3.2)	-	(65)	-	(152)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.2)	21	-	21	(38)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3	(10)	(7)	-
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.2)	14	(7)	7	(5)
Neutralidade de encargos setoriais (nota 3.2)	-	(10)	4	(13)
Outros	3	(3)	-	(3)
Componentes financeiros e subsídios				
Repasso de sobrecontratação (1)	74	(9)	65	194
Risco hidrológico	-	(73)	-	(68)
Ultrapassagem de demanda/excedente relativo (nota 3.2)	-	(75)	(75)	1
CDE Modalidade Eletrobras (nota 3.2)	-	(6)	(6)	(30)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	73	(86)	(13)	147
Bandeira Escassez Hídrica (3)	-	-	-	46
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (nota 3.2)	3	-	3	-
RTE Covid (nota 3.2)	16	-	16	-
Outros	6	(4)	2	5
Total	213	(348)	135	481
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	125	(94)	31	133
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	88	(254)	(166)	348
Total	213	(348)	(135)	481
Ativo circulante				
Passivo circulante		</		



c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	2.713	2.425
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	650	599
Amortizações de principal	(539)	(335)
Custo de captação	(8)	(10)
Pagamento de encargos de dívida	(222)	(222)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	310	275
Variável cambial	1	(24)
Marcação a valor justo	(1)	5
Saldo final do exercício	2.904	2.713

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a operação captada, no montante de R\$ 650 pela Companhia foi por meio da 12ª emissão de debêntures com prazo de 10 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as operações captadas, no montante de R\$ 599 pela Companhia foram: (i) R\$ 500 por meio da 11ª emissão de debêntures com prazo de 5 anos; e (ii) R\$ 99 junto ao BNDES com vencimento de até 20 anos.

d) Linhas de crédito:

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2026	200
			200

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito, em 31 de dezembro de 2024, é de 0,49% a.a. (0,49% em 31 de dezembro de 2023) sobre o montante total. **e) Condições restritivas financeiras (Covenants):** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 94% dos contratos de dívidas que contém cláusulas de manutenção que são ativadas em caso de não cumprimento de suas obrigações financeiras. **15.2 Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados se reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o índice de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,26% e 2,17%, respectivamente. **15.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 11. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

	Limites contratual inferior (1)	Medição em 2024 (2)	Medição em 2023 (2)
Consolidado Neoenergia (3):			
Dívida líquida + EBITDA	≤ 4,0	3,45	3,55
EBITDA + Resultado financeiro	≥ 2,0	2,51	2,17
Companhia			
Dívida líquida + EBITDA	≤ 4,0	2,34	2,15

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de aplicação, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira e nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e (3) A Neoenergia S.A. é avaliada e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. **15.2 Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados se reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o índice de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,26% e 2,17%, respectivamente. **15.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 11. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

	2024	2023
Contratos para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	-	(12)
Swap de taxas de juros - R\$	-	35
Exposição líquida	-23	-23
Ativo circulante	-	35
Passivo circulante	-	(12)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratos para proteção de dívidas	-	(12)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratos para proteção de dívidas	-	35
	-	23

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes:

	2024	2023
Proteção de dívidas	23	-23
Proteção de outras operações	-	81
Total	23	58

	2024	2023
Saldo inicial (perda) reconhecido no resultado	23	-23
Liquidação financeira entradas (saídas)	(26)	(26)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	1	11
Saldo final (perda) reconhecido no resultado	-	23
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	2	(46)

15.3.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações civis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas (1)	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16	118	5	139
Ações e reversões, líquidas	8	(2)	-	(4)
Pagamentos	(12)	(2)	-	(14)
Atualizações monetárias	3	6	9	18
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15	120	5	140
Circulante	-	-	-	128
Não circulante	-	-	-	12
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13	111	5	129
Ações e reversões, líquidas	11	-	-	11
Pagamentos	(14)	(2)	-	(16)
Atualizações monetárias	6	9	15	30
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16	118	5	139
Circulante	-	-	-	127
Não circulante	-	-	-	12

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destacamos: (1) **Provisões Trabalhistas:** Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Norte, para a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salário, pleiteando, assim, as promoções por merecimento e antiguidade com todas as consequências legais. Foi proferida decisão judicial procedente em parte e o processo está na fase de liquidação de sentença. O valor provisionado no montante de R\$ 105 (R\$ 99 em 31 de dezembro de 2023), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão. **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos civis	3	3
Processos trabalhistas	6	7
Processos fiscais	153	113
Total	276	191

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos: (1) **Processos civis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. (2) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, pedido de demissão voluntária e outras, e ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. (3) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnções de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPFM, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. As provisões para processos e os passivos contingentes são atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidas de juros de % a.m., para as ações civis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça; e (3) pela variação de taxa SELIC, para as ações fiscais. **d) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2024	2023
Processos civis	3	3
Processos trabalhistas	4	4
Processos fiscais	19	18
Total	26	25

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos. **16.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem um obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que o valor de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os passivos contingentes são apresentados de acordo com a natureza dos fatos ocorridos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2024	2023
Caução em garantia (1)	46	42
Devoluções a consumidores (2)	47	32
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	4	4
Repasse a terceiros	21	18
Bônus estratégico	5	2
Devolução MMGD (3)	55	-
Outros	13	11
Total	189	111
Circulante	169	87
Não circulante	20	24

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços; (2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados às classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350 kWh, conforme a REH/ANEEL nº 3.420/2024; e (3) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto e longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Benefício Definido); e (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Contribuição Definida). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Obrigações trabalhistas e PLR	50	56
Benefícios pós-emprego	(5)	(6)
Total	45	50
Ativo não circulante - outros (1)	(5)	(6)
Passivo circulante	50	56

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego superavitário encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes.

18.1 Benefícios pós-emprego: A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões. A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (Curadores). Os Curadores do plano são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano; quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguradora social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2024	2023
Planos de benefício definido		
Néos - Plano RN	264	Fechado
Total	264	Superavitário
Planos de contribuição definida		
Néos - Plano BA	6	-
Néos - Plano CD Néos	1131	234
Total	1137	234
	1137	498

b) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2023		
Efeitos dos juros	(78)	111
Benefícios pagos pelo plano	(6)	(15)
Redimensionamento	3	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(65)	104
Planos superavitários	(65)	106
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(74)	113
Efeitos dos juros	(6)	10
Benefícios pagos pelo plano	14	(14)
Redimensionamento	(12)	2
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(78)	111
Planos superavitários	(78)	111

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	2024	2023
Benefício definido	6	(6)
Despesa com juros de passivos	(6)	(6)
Receita com juros de ativos	6	7
Total	-	1

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:

	2024	2023
Benefício definido	5	4
Saldo no início do exercício		
Redimensionamento	3	(12)
Mudanças nas premissas	(6)	6
Efeito do teto de ativos/passivos onerosos	3	6
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	1	-
Retorno sobre direitos de reembolso	-	6
Efeito bruto	(2)	6
Tributos sobre o lucro	-	(1)
Efeito líquido em outros resultados abrangente	(2)	1
Saldo no final do exercício	3	5

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Benefício definido	6	(78)
Valor presente das obrigações atuariais	(65)	(78)
Valor justo dos ativos	106	111
Efeito do limite do ativo (teto)	(36)	(27)
Total ativo líquido	5	6
Ativo não circulante	5	6

e) Outras informações dos planos de benefício definido: (i) Ativos dos planos por categoria:

	2024	2023
Preços cotados em mercado	103	107
Preços cotados em mercado	106	107
Preços cotados em mercado	106	107

Investimento direto: Investimentos imobiliários - 1 (1); Outros - (1) (1). Investimento através de fundos: Fundo de investimento - ações/quotas - 3 - 3; Fundo de investimento - renda fixa - 103 - 103. **(ii) Expectativa de pagamentos futuros:** As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2024	2023
Benefício definido	9	9
2025	2026	2027
2028	2029	2030 e 2034
2035 e 2039	2040 em diante	2026
Total	117	117

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. **(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2024	2023
Benefício definido	6,39	7,42
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%	6,39	7,42
Valor presente da obrigação atuarial	67	81
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	2,94%	3,51%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	6,39	7,42
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%	6,39	7,42
Valor presente da obrigação atuarial	63	75
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-2,78%	-3,29%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	6,09	7,03

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica.

No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:



20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	2024			Total
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	
Ativo				
Outros ativos (c)	-	14	-	14
	-	14	-	14
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros (a)	3	-	9	12
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	13	5	18
	3	13	14	30
				2023
Ativo				
Outros ativos (c)	-	9	9	18
	-	9	9	18
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros (a)	3	-	8	11
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	18	7	25
	3	18	15	36

20.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / Resultado do exercício (Passivo)	2024	2023
a	Arizona1	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	3 anos	2027	-	1	2
a	Enerbrasil	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	4 anos	2028	-	4	4
a	Mel 2	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	3 anos	2027	-	1	2
a	Côa Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	16 anos	2042	(1)	(4)	(3)
a	Naranjinha	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	4 anos	2028	-	-	(5)
a	Energética Águas da Pedra S.A.	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	16 anos	2040	(1)	(10)	(1)
b	Neoenergia Coelba	Compartilhamento de Pessoal	N/A	1 ano	2025	-	1	2
b	Neoenergia Elektro	Compartilhamento de Pessoal	N/A	1 ano	2025	-	(1)	(2)

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / Resultado do exercício (Passivo)	2024	2023
c	Neoenergia	Contrato de FEE por Aval	N/A	1 ano	2025	14	(28)	9
d	Neoenergia	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(13)	-	(18)

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / Resultado do exercício (Passivo)	2024	2023
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	20 anos	2044	(8)	(65)	(8)
a	Naranjinha	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	4 anos	2028	-	(5)	-
d	Minoritários	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(6)	-	(6)
e	Néos	Previdência privada	N/A	Indeterminado	Indeterminado	-	(6)	9

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2024	2023
Salários e benefícios recorrentes	3	2
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	1	1
	5	4

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA VJORA	VJR	CA VJORA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	122	-	225	48
Títulos e valores mobiliários	-	-	6	-
Contas a receber de clientes e outros	914	-	772	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	35
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	16	-
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	-	3.544	-
Outros ativos	16	-	20	-
Total	1.052	-	3.775	856
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	343	-	321	-
Empréstimos e financiamentos	2.904	-	2.574	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	135	-	59	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	12
Passivo de arrendamento	15	-	17	-
Outros passivos	48	-	2	45
Total	3.445	-	2	141

CA - Custo Amortizado; VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes; VJR - Valor Justo por meio do Resultado.

21.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 12.1 (análise de sensibilidade). **21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2024		2023	
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	225	-	225	313
Títulos e valores mobiliários	6	-	6	15
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	35
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	-	3.544	3.005
	231	3.544	3.775	3.663
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	-	139	139
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	12	12
Outros passivos	2	-	2	-
	2	-	2	153

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2024 e 2023, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 172 e R\$ 150, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgadas na nota 12.1. **21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA):** Os instrumentos financeiros

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE tendo examinado, em reunião realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Controladora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Ana Teresa Lafuente González - Presidente	Edison Antônio Costa Britto Garcia
Fulvío da Silva Marcondes Machado	Leonardo Pimenta Gadelha
Pedro Damásio Costa Neto	Solange Maria Pinto Ribeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidas quando o controle de cada obrigação de energia é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade da rede elétrica. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica incluíam, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises de correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de distribuição de energia elétrica:** Conforme mencionado nas notas explicati-

20.2 Transações com partes relacionadas

	2024			Total
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	8	-	(72)	8
Custos dos serviços (a)	(22)	-	-	(94)
Despesas gerais e administrativas (e)	-	-	(6)	(6)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(28)	-	(28)
	(14)	(28)	(78)	(120)
				2023
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	9	-	-	9
Custos dos serviços (a)	(22)	-	(63)	(85)
Despesas gerais e administrativas (e)	1	-	(6)	(5)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(22)	-	(22)
	(12)	(22)	(69)	(103)

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / Resultado do exercício (Passivo)	Resultado do exercício (Passivo)	Ativo / Resultado do exercício (Passivo)	Resultado do exercício (Passivo)
a	Arizona1	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	3 anos	2027	-	1	-	2
a	Enerbrasil	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	4 anos	2028	-	4	-	4
a	Mel 2	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	3 anos	2027	-	1	-	2
a	Côa Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	16 anos	2042	(1)	(4)	-	(3)
a	Naranjinha	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	4 anos	2028	-	-	-	(5)
a	Energética Águas da Pedra S.A.	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	16 anos	2040	(1)	(10)	(1)	(3)
b	Neoenergia Coelba	Compartilhamento de Pessoal	N/A	1 ano	2025	-	1	-	2
b	Neoenergia Elektro	Compartilhamento de Pessoal	N/A	1 ano	2025	-	(1)	-	(2)

mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo Estimativa de valor justo - Nível 2 contábil	Saldo Estimativa de valor justo - Nível 2 contábil	Saldo Estimativa de valor justo - Nível 2 contábil	Saldo Estimativa de valor justo - Nível 2 contábil
Empréstimos e financiamentos	2.904	2.855	2.574	2.611

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. **21.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - **Custo Amortizado (CA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão sujeitos ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (exc. Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, histórico de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **21.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação de PJJ cotado, ambos disponíveis na B3 ou no portal da Bloomberg. O risco de carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são swaps e Non-Deliverable Forwards (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de hedge da Companhia estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectiva através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensadas mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE, dando cumprimento a que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, em sessão realizada em 17 de dezembro de 2024, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da Neoenergia COSERN, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2024, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.	Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.
Eduardo Valdés Sanchez	João Guilherme Lamenza
Lauro Sander	Luiz Carlos Faria Ribeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

nas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICP 01 (RI)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e do implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para utilização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes materiais não corrigidos pela Administração da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e ao monitoramento das obras em andamento. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual das distribuidoras. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins das "IFRS Accounting Standards", foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (RI) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração de valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e divulgação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações fi-

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes. O programa abarado é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo
	2024	2023	Vencimento (Ano)	
Swap US\$ pré vs R\$ pós				
Ativo	US\$ 20	-	2024	-
Passivo	US\$ 107	-	-	